

ATA DO FÓRUM DE COORDENADORES DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

22 e 23 de maio de 2019 - Fundação Oswaldo Cruz – Rio de Janeiro

Iniciado às 9h do dia 22 de maio de 2019, no Museu da Vida, Fundação Oswaldo Cruz, o Fórum do Rio de Janeiro teve a sua abertura coordenada pela Prof. Mônica Angelim (UFBA).

A Prof. Cristiani Vieira, Vice-Presidente de Educação, Informação e Comunicação e representando a Fundação Oswaldo Cruz, deu as boas-vindas ao grupo e mencionou o cenário de cortes orçamentários e a suspensão das bolsas da CAPES. Também mencionou os ataques do Governo Federal à Educação, informando o retorno das bolsas dos Programas 6 e 7, mas as dificuldades impostas aos programas de notas 3 e 4, reforçando as desigualdades nacionais. Ela terminou a fala conclamando os coordenadores a pensar a importância do apoio mútuo dos programas, sobretudo por entender que se trata de um único Sistema Nacional de Pós-Graduação.

Na sequência, a Prof. Edinilsa Ramos agradeceu os programas de Saúde Coletiva do Rio de Janeiro que se envolveram na organização do Fórum, sobretudo ao Programa da UFF, na pessoa da Prof. Marcia Guimarães, às secretárias dos programas, à Prof. Cristiani Vieira pela ordenação das despesas e à administração do Museu da Vida pela cessão do espaço.

A professora Mônica Angelim concluiu a mesa de abertura e oficialmente abriu as atividades do Fórum do Rio de Janeiro.

A primeira mesa, intitulada “Processo de avaliação do biênio (2017-2018): seminário de meio: o que é? Como nos preparamos para ele? O que a área precisa investir? Quais os desafios a serem enfrentados?”, foi composta por Bernardo Horta (Coordenador de área – CAPES), Leny Trad (Coordenadora adjunta - CAPES – Programas Acadêmicos) e Claudia Leite (Coordenadora adjunta – CAPES – Programas Profissionais), e coordenada pelo Prof. Sérgio Peixoto.

Bernardo iniciou a apresentação informando que o Seminário de Meio Termo tem por objetivo olhar para os Programas de Pós-Graduação e subsidiar os debates e os ajustes

para o quadriênio. Este seminário será uma especial oportunidade para testar o novo modelo de avaliação, sobretudo a nova ficha de avaliação. Ainda que a nova ficha contenha indicadores antigos, ela também traz novidades em quesitos, itens e indicadores de avaliação. Lembrou que a ficha sofreu substanciais modificações ao longo dos anos, saindo de cinco quesitos com 18 itens, na última quadrienal, para 3 quesitos com 11 itens na próxima avaliação.

O Seminário de Meio Termo ocorrerá de 28 a 30 de agosto e a partir dele será possível excluir, modificar e incorporar novos indicadores. Bernardo, no entanto, chama atenção que não será possível avaliar todos os indicadores, como: 1) análise das X teses/dissertações dos programas; e 2) análise da produção indicada de cada programa. Bernardo aponta que estes indicadores poderão ser testados após o Seminário de Meio Termo. A expectativa é selecionar uma amostra de produtos e, em parceria com o Fórum de Coordenadores, constituir uma comissão para testar esses indicadores que demandam avaliações qualitativas dos produtos.

O Documento de Área trará a ficha de avaliação como anexo, mas com a possibilidade de alteração após o Seminário de Meio. Cada coordenador receberá os indicadores do próprio programa. Portanto, será possível fazer a avaliação interna em cada programa, usando um modelo da ficha. Ainda que seja uma constante demanda dos coordenadores, Bernardo diz que não será possível realizar os pontos de corte com antecedência. Durante o Seminário será apresentada a situação da área por modalidade e por conceito. Tem-se como expectativa que os coordenadores se apropriem deste processo de avaliação. Bernardo se compromete que, mesmo tendo alterações na ficha de avaliação, as mudanças não serão estruturais.

Sobre o Qualis, e dentro da perspectiva de criar um Qualis único envolvendo dois colégios, a área será responsável por avaliar as revistas em que mais existem publicações da própria área. O conceito que for dado pela área mãe será seguido pelas demais. O novo Qualis não trabalhará mais com a lógica de travas percentuais (antes só poderia existir 12% de A1, por exemplo). A partir do novo Qualis a avaliação será realizada por percentis da área de indexação do periódico, mesmo que não seja da mesma área “mãe”. Pretende-se, com isso, reduzir a desigualdade entre as áreas. Será necessário revisar a área de indexação dos periódicos. Na Enfermagem, por exemplo, existe um periódico indexado

na área de medicina. Isso puniria o periódico, por exemplo. O novo Qualis terá 4 estratos qualis A (A1-A4) e quatro estratos B (B1-B4).

A Prof Leny abordou aspectos da metodologia do Seminário. Segundo ela, o primeiro dia contará com a presença do conjunto de coordenadores dos programas profissionais e acadêmicos para apresentar o documento de área. O próximo documento de área está substancialmente distinto dos documentos de área anteriores. Ele deixa de abordar estritamente os parâmetros de avaliação e passa a apreciar os aspectos mais específicos, tais como EAD, fusão de programas, etc. Ou seja, o novo documento tratará de uma política da área. Este dia também contará com um panorama dos indicadores da área.

O segundo dia de trabalho será realizado em separado: programas profissionais e acadêmicos; discutindo as fichas e trabalhando a partir de um tutorial. Ou seja, os programas poderão encaminhar dúvidas, críticas e sugestões antes do Seminário. O último dia será dedicado a análise conjunta do panorama geral dos indicadores e a realização de um balanço sobre a sua viabilidade de utilização. Por fim, a Prof. Claudia realizou uma análise de conjuntura da situação do país e que, no limite, se desdobra nos processos de construção das áreas.

A segunda mesa, intitulada “Panorama da política atual de C&T: cenário e impactos na área”, teve exposição do Prof. Guilherme Werneck e coordenação de Mônica Angelim. A mesa teve como objetivo: refletir sobre o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) associado à pesquisa, localizando as ameaças que estão colocadas no cenário atual.

Para isso, Guilherme trouxe alguns marcos históricos sobre este processo de construção, tais como 1) a criação da CAPES (1951), 2) a institucionalização do sistema de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil (na década de 60), especialmente a partir do Parecer Newton Sucupira (Parecer CFE n. 977/1965) e a reforma universitária em 1968, e 3) os primeiros Planos Nacionais da Educação (a partir de 1975). Trouxe o perfil de crescimento dos cursos de pós-graduação ao longo dos anos, demonstrando que a realização de pesquisa, a titulação de mestres e doutores e a atuação docente ocorreram, majoritariamente, em instituições públicas. Parece que o SNPG é uma das políticas públicas mais bem-sucedidas no Brasil.

Neste sentido, cabe refletir que a construção deste Sistema ocorreu no interior de um Estado com diferentes espectros políticos ao longo dos anos, mas com certa prioridade

neste processo de construção. É crescente o processo de internacionalização da pesquisa brasileira, resultando em produções de maior impacto. No cenário internacional, algumas áreas, como a “Saúde Pública, desenvolvimento e saúde ocupacional”, que seria uma área mais próxima da Saúde Coletiva brasileira, tem medianas próximas a nossa.

Por outro lado, Guilherme lança a questão: resta saber se este Sistema é suficientemente sólido para resistir aos desafios que se apresentam na atualidade? O quadro político-institucional brasileiro da atualidade impõe desafios de resistência ao retrocesso e/ou a estagnação do desenvolvimento do SNPG. Cabe lembrar que não é a primeira vez que o Sistema sofre com estratégias de redução de financiamento, mas é importante considerar que numa série histórica de 2004 a 2015, o período de 2016 em diante parece ser um dos mais sérios.

Guilherme chama atenção que o não aumento do investimento se traduz em desinvestimento, já que o Sistema cresce ao longo dos anos. Guilherme cita o artigo intitulado “A Proposta de Emenda Constitucional 241/2016 e o Sistema Único de Saúde: impactos na pesquisa e na indústria”, de autoria do Prof. Reinaldo Guimarães, fazendo um paralelo com a Ciência & Tecnologia.

Analisando o perfil de cortes/contingenciamento das bolsas e priorizando cursos com conceitos 3 e 4, parece que estamos diante de uma política de priorização dos ditos centros de excelência, o que provavelmente aprofundaria as desigualdades regionais e inter-programas. Segundo os critérios que estão se desenhando para estes cortes, nota-se que cerca de 70% dos programas da região Norte e 60% do Nordeste sofrerão cortes de bolsas, enquanto no Sul e Sudeste apenas 35% estariam ameaçados. Ao que parece, estamos diante da retomada de políticas que elitizam a produção de conhecimento. Finaliza com a questão “Brasil: um país sem futuro?”.

Ainda que existam propostas de grandes associações em pauta, essas estratégias escapam as ações que efetivamente podemos fazer, ainda que seja necessário apoiá-las. A C&T tem elementos de pesquisa e argumentos para a defesa, mas para quem estes dados seriam comunicados? Guilherme traz estudos que apontam que a sociedade parece ter uma boa visão sobre a C&T no Brasil, mas a comunidade acadêmica precisa acessar a população. Estamos diante de uma guerra semiótica, com utilização de mídias alternativas e balizadas pelas “fake news”, a desinformação e a polarização.

No debate a partir da plenária, Leny reflete que a academia, que agora parece perceber que se encontra numa arena de disputas, precisa pensar novas formas de dialogar com a população. Essa dificuldade parece estar assentada na forma racional que o nosso pensamento se construiu. Durante muito tempo a academia não imaginou que argumentos vazios e superficiais, sem evidências e/ou caluniosos se sustentariam. Mas a atualidade parece demonstrar o contrário. A nova geração pode ser uma saída, sobretudo pela capacidade de comunicar melhor do que a maior parte de nós. Como eles fazem? O que podem fazer? Como podem nos ensinar?

Mônica Angelim aponta que existe uma necessidade de a área pensar o que se espera dos programas 3 e 4, aqueles que estão mais ameaçados neste processo. E a resposta desta indagação precisa ser enfrentada politicamente na área – entre nós. Segundo Mônica, além do ataque aos programas, também está sob ataque o projeto político de ser docente na universidade pública brasileira – com ensino, pesquisa e extensão.

A Prof. Aylene Bousquat, fazendo alusão às propagandas mais antigas, reflete que precisamos comunicar a população sobre os efeitos deletérios destas políticas de corte. Por outro lado, não devemos continuar a divulgar apenas os números frios, pois isso pouco tem efeito sobre a população. Sugere que a divulgação dos programas que sofrerão cortes seja feita nominalmente para que as pessoas se apropriem das reais perdas. Ademais, precisamos aliar as nossas ações aos grupos de estudos da área de comunicação e mídias, que podem muito contribuir para a formulação dessas ações.

A terceira mesa de discussão, coordenada pelo Prof. Ricardo Mattos, tratou sobre a “Contribuição dos GTs do Fórum - Ficha de Avaliação e a visão dos representantes de área”. Participaram como expositores a Prof. Tatiana Wargas, representando os programas acadêmicos, e a Prof. Anya Vieira, representando os programas profissionais. A mesa contou com o Prof. Bernardo Horta, a Prof. Leny Trad e a Prof. Cláudia Leite como debatedores.

Tatiana Wargas ressaltou algumas questões que acabaram balizando o processo de construção destas fichas, como o 1) momento crítico para revisão de políticas; 2) esgotamento do modelo de avaliação; e a 3) necessidade de repensar as formas de apreensão dos elementos da avaliação quadrienal. Também fez breve histórico sobre a avaliação na Capes, incluindo o GT criado pela própria Capes para discutir a ficha de

avaliação, ressaltando que muitos aspectos discutidos por esse GT eram alinhados com os pontos já discutidos no Fórum de PG da ABRASCO.

Tatiana também citou nominalmente os integrantes de cada GT, a saber: 1) GT da ficha dos programas acadêmicos – Sérgio Peixoto (coordenador do GT), Bernardo Horta (representante de área na CAPES), Márcia Couto, Tatiana Wargas, Guilherme Werneck e Aylene Bousquat; 2) GT da ficha dos programas profissionais: Ricardo Mattos (coordenador do GT), Claudia Leite (coordenadora adjunta na CAPES), Maria Salete, Maria Eduarda Cesse, Marisa Santos e Anya Vieira. Na sequência, Tatiana iniciou a apresentação das contribuições do GT dos programas acadêmicos e a estrutura da nova ficha.

A proposta para o primeiro item do primeiro quesito (1.1) foi composta por três indicadores, incluindo coerência e consistência do programa, a estrutura curricular e a infraestrutura. A dificuldade foi como qualificar ou pontuar esses aspectos, considerando que os itens desse quesito agora precisam ser pontuados. No segundo item do primeiro quesito (1.2), perfil do corpo docente, foram discutidos dois indicadores, um relacionado à formação dos docentes e outro relacionado ao prestígio desse grupo. Em relação ao terceiro item, planejamento estratégico, foi levantada a dificuldade de se pontuar e/ou qualificar esse aspecto. O quarto item refere-se à autoavaliação, que ainda precisa ser discutido (aspecto que foi tratado na Mesa IV), para ver a viabilidade de como operacionalizar esse aspecto na avaliação.

O segundo quesito inclui o primeiro item como a atuação dos docentes (2.1), tendo sido proposto vários indicadores, voltados para a produção bibliográfica dos docentes, devendo se preocupar com a minimização da simples quantificação dessa produção. Outros aspectos referem-se à participação dos docentes nas atividades do programa e à renovação do corpo docente, com cuidado de não penalizar aqueles programas que inserem jovens pesquisadores. O último quesito possui quatro itens. O primeiro está relacionado ao impacto das produções, mas ainda deve-se discutir em como transformar esse aspecto em indicadores. O segundo item desse quesito (3.2) propõe a avaliação dos egressos, embora esse tópico ainda deva ser bem pensado, considerando a necessidade de um sistema único a ser usado por todos os programas. O terceiro item (3.3) refere-se ao impacto da inserção social aspecto que pouco se avançou, sobretudo pela dificuldade de aferição deste constructo. E o último item da ficha (3.4) é voltado à internacionalização e

alguns indicadores foram propostos, devendo ainda ser discutidos com a plenária e ver o que a coordenação de área está propondo sobre esse e outros aspectos.

Foram apontados alguns pontos cruciais para a discussão, como o fato de correr o risco de fazermos apenas um rearranjo dos indicadores já classicamente usados, como fazer a qualificação de aspectos promissores como autoavaliação e egressos, entre outros aspectos. Esses pontos podem exigir algumas mudanças na plataforma Sucupira, mas esses aspectos devem ficar ainda mais claros para a área antes de solicitarmos essas mudanças.

Anya Vieira, tratando sobre os programas profissionais, abordou os principais tópicos da ficha, uma vez que parte deles se repetiam em relação aos programas acadêmicos. Em relação ao primeiro quesito, os indicadores a serem usados não diferem no que já estava incluído na avaliação anterior, embora ainda deva ser discutido a forma de quantificação. Sobre os profissionais, pensou-se verificar se há acordos formais com as instâncias do SUS e se o planejamento estratégico contempla o estudo das necessidades do serviço, para que o programa possa responder à essa demanda.

Em relação à autoavaliação, pensou-se na avaliação de verificar se esse aspecto está sendo usado no planejamento estratégico, por exemplo. Como o processo de autoavaliação foi feito? Por envio de formulários? Por processo participativo? Como mensurar esses aspectos para a avaliação? Anya também relata que o GT tem a expectativa de uma avaliação balizada por alguns critérios a serem construídos, dentre eles a capacidade do programa em localizar os seus problemas e as formas de enfrentamento pensadas.

Para o segundo quesito (formação) fica claro a dificuldade de ter uma avaliação qualitativa desse processo, ficando o GT voltado para a avaliação dos produtos, embora essa estratégia possa não ser a mais adequada para esse quesito. A ideia é que os produtos sejam avaliados, se possível, integralmente. A ideia é também avaliar se a formação oferecida no programa provocou alguma mudança na trajetória no serviço no qual o egresso está inserido. Foi ressaltada a dificuldade de avaliar a interação entre docentes de programas diferentes e como quantificar a proporção de docentes que participam de projetos. O último quesito foi o menos trabalhado pelo GT, mas foram mencionados alguns pontos importantes, como as parcerias com os serviços e sistemas de saúde, a internacionalização e avaliação de produtos com inovação e/ou potencial inovador.

Os professores Bernardo, Leny e Claudia apresentaram integralmente as fichas de avaliação, mencionando que a posição dos representantes de área foi bastante conservadora, incorporando quase a totalidade de itens propostos pelos GT.

A plenária encaminhou algumas questões/análises, como: 1) Não ficou claro o indicador que será usado para cada item e como os diferentes indicadores irão compor o item e o quesito; 2) Poderia avaliar o uso do recurso disponibilizado a cada programa, considerando que ele é muito diferente e dependente da nota? 3) A proposta apresentada não parece ter considerado formas de superar as iniquidades regionais; 4) Como avaliar não só o egresso, mas as políticas de ingresso nos programas, como as cotas, incluindo raça, gênero, etc.? 5) Parece não ter contemplado a relação dos programas com os movimentos sociais; e 6) Por que não avaliar as produções indicadas pelo programa e não uma amostra, como proposto em alguns momentos?

Dado o avançar da hora e a impossibilidade de debater item por item, o Prof. Bernardo Horta se comprometeu em enviar as fichas para crítica dos programas, lembrando que esta versão do documento ainda é preliminar e será testada e criticada durante o Seminário de agosto.

O segundo dia do Fórum (23/05/2019) teve início com a **quarta mesa**, intitulada “Documento de Área - como apropriamos as diretrizes, pensando o futuro da área de Saúde Coletiva?”. Visando o melhor aproveitamento do debate, a mesa foi dividida em duas partes. Na primeira, com exposição do Prof. Robert Verhine (Coordenador da área de Educação; UFBA) e sob a coordenação da Prof. Mônica Angelim.

O Prof Verhine iniciou sua apresentação discorrendo sobre as principais características do modelo de avaliação da CAPES, destacando aspectos da avaliação em larga escala, de sistema único, centralizada no âmbito do governo federal, baseada em critérios preestabelecidos, por ranqueamento (de 0 a 7), com fortes implicações para os avaliados (“high stakes”) e exclusivamente externa (até 2019). O professor convidou o grupo a refletir sobre as repercussões do ranqueamento e as implicações, sobretudo financeiras, para os programas, que acabam por produzir uma tendência à quantificação no processo avaliativo.

Existe uma necessidade de justificar as pontuações dos programas e a quantificação se torna uma ferramenta usual e mais confortável. Na tentativa de não mais atuar no formato

de avaliação externa por exclusividade, em 2018, foi publicado um documento do Conselho Superior da CAPES com um conjunto de propostas: redefinição do Qualis (periódicos e livros), limitação do número de produções qualificadas indicadas, internacionalização, acompanhamento de egressos, redução de assimetrias (entre/dentre regiões), equilíbrio entre as dimensões quantitativas e qualitativas, inovação, relevância social e autoavaliação.

Deste modo, não há que romper por completo com a avaliação externa, mas existe claramente um movimento de aproximação da avaliação interna dos próprios programas. É importante pensar que a avaliação externa apresenta uma aparente precariedade na apreensão da diversidade de competências dos programas. Neste sentido, a autoavaliação aponta para 1) a avaliação dos processos e não mais somente dos resultados, 2) a valorização da formação em relação à produção bibliográfica e 3) a articulação entre a detecção dos problemas e potências e o planejamento estratégico para solucionar problemas e investir nas potências internas.

O professor citou os exemplos da Holanda e da Inglaterra, locais em que o foco da avaliação externa é justamente a autoavaliação. Também trouxe o caso estadunidense que, por apresentar um processo frágil de avaliação externa, valoriza bastante a autoavaliação dos programas. No caso brasileiro, talvez por uma falta de tradição, a autoavaliação vem sendo utilizada como espaço de relatar os aspectos positivos, quando seria importante a localização dos problemas e as estratégias utilizadas para o seu enfrentamento.

A criação de instrumentos e de métodos sistemáticos desta autoavaliação parece fundamental. Neste primeiro momento, este é o principal interesse da CAPES, ou seja, o processo. Segundo o professor, a autoavaliação teria uma sequência lógica de realização.

1. A preparação: constituição da equipe de coordenação, a sensibilização de docentes e discentes e o planejamento com definição dos princípios, do que será avaliado para representar a qualidade, quais as abordagens realizadas, os indicadores e critérios a serem adotados, o uso e a divulgação dos resultados e a periodicidade da coleta de dados.
2. A construção de um projeto de avaliação para cada programa, contendo: estratégias, métodos (técnicas, instrumentos, forma de análise), cronograma, recursos, equipe e as respectivas responsabilidades, as formas de disseminação dos resultados, monitoramento do uso de resultados.
3. Implementação de acordo com o projeto e o monitoramento dele.

4. Divulgação dos resultados feita em tempo hábil para subsidiar a tomada de decisões e em linguagem apropriada ao público. 5. Meta avaliação.

De acordo com o professor, a avaliação externa da CAPES (comissão de área) terá perguntas concretas para apreender aspectos da autoavaliação do programa, como: “Quais são os princípios adotados pelo Programa para sua autoavaliação? Quais as metas do Programa a médio e longo prazos? A autoavaliação as considera? Como, do ponto de vista metodológico, a autoavaliação é desenvolvida? O programa avalia a formação continuada [política para pós-doutorado, cursos, congressos] do professor? Como o Programa avalia o desempenho do docente em sala e como orientador? Como o programa avalia a aprendizagem do aluno? Como [de que modo] os resultados da autoavaliação contribuíram para melhorar o programa?”, entre outras. Nota-se que as questões estão mais interessadas em capturar o processo (o “como”) e não mais somente os resultados.

Em relação aos programas, o professor sugeriu que autoavaliação tenha perguntas sobre as dimensões: sucesso do aluno, sucesso do professor e do técnico e sucesso do Programa de maneira global. A partir disso, recomenda-se a construção de metas e formas de monitoramento permanente.

Terminada a exposição do professor Verhine, a plenária pode encaminhar algumas questões. Leny Trad discorreu sobre a experiência do ISC/UFBA sobre a autoavaliação, que já tem cerca de dois anos. No ISC a autoavaliação está pautada na formação e ensino, democracia da gestão interna do programa, pesquisa e excelência e impacto social. Por outro lado, Leny faz uma reflexão sobre o quanto esta ficha de avaliação atual coloca a pesquisa numa posição secundária. A própria autoavaliação, por exemplo, poderia contemplar a pesquisa como elemento integrante deste processo. Por fim, reforça a 1) dificuldade de adesão dos discentes, docentes e técnicos e 2) a necessidade de articular a pró-reitoria e os demais programas que constituem a comunidade interna.

Verhine comentou sobre a necessidade de mudar as experiências existentes: de voluntariado para um processo obrigatório. O voluntariado traz problemas de seleção.

A segunda parte da mesa se concentrou no debate sobre o “Impacto dos PPG da Saúde Coletiva na sociedade”, apresentado pelos professores Guilherme Werneck (UFRJ/UERJ) e Eduarda Cesse (Fiocruz). O Prof. Guilherme iniciou a apresentação resgatando os acúmulos da área e da CAPES, anunciando o objetivo da apresentação

como sendo a tentativa de ousar a avaliação para além do que está disponível e do que a própria ficha dispõe enquanto inserção social.

Ele indaga: existe algum programa que não tenha inserção social? A ausência de indicadores acaba não discriminando o que de fato nós estamos apreendendo. No documento da DAV – inserção social – fica claro que o impacto é multidimensional. Neste documento, que tomou como base 15 áreas selecionadas ao acaso, foi possível identificar ações que teriam sido consideradas como impacto, como: atividades de extensão, políticas afirmativas, atividades na educação básica e ensino médio, atividades acadêmicas destacadas (material didático, formação, etc.), cooperação com o setor público e privado, a nucleação e as atividades dos egressos, atividades comunicacionais e informacionais, transferência de conhecimento, etc.

Entretanto, “o que nós pretendemos capturar neste quesito?”, questiona Guilherme. “O impacto das ações de um programa de pós-graduação e seus produtos deve gerar alterações, mudanças, transformações que beneficiem a sociedade. Assim, uma pesquisa, conjunto de pesquisas ou um programa de Pós-Graduação reflete/produz o que a sociedade quer/precisa, ou seja, melhoria nos índices de qualidade, inovação e construção da cidadania”. Deste modo, o impacto pode ser visível por meio do alcance dos egressos, atuação dos docentes e dos produtos, mas não necessariamente será possível apreender este impacto considerando o recorte temporal do quadriênio. Existem ações que demandarão tempo para produzir transformações concretas.

Guilherme sugere que um dos elementos que precisam ser apreendidos neste quesito de avaliação é o perfil do egresso, já que a atividade principal de um programa é a formação de pessoas. Outro aspecto a ser considerado são os produtos (artigos, livros, produção técnica e de extensão) que estão produzindo mudanças sociais.

Guilherme expõe o caso do “Research Excellence Framework” (REF 2014), do Reino Unido, que traz três elementos para sua avaliação: produtos, impacto e ambiente de pesquisa. O REF mede impacto num período de 6 anos, medindo qualquer efeito, mudança para economia, sociedade, cultura, políticas públicas, saúde, qualidade de vida, ambiente etc. A avaliação é feita com base em “impact case studies”, um documento de quatro páginas. Os critérios de avaliação são: alcance e significância. O programa

apresenta um estudo de caso e para cada 10 docentes o programa poderia apresentar outro estudo de caso.

Guilherme aponta que a área de química, no caso brasileiro, já amplia o recorte temporal para análise do impacto. Além disso, a forma mais comum de avaliação é feita pela citação, mas essa forma é limitada, ou seja, não consegue medir o impacto dos produtos. Por fim, Guilherme concluiu dizendo que parece ser o momento de mudar a forma que estamos avaliando o impacto e a inserção social, sobretudo pelas expressivas diferenças entre eles.

Após as apresentações, a Prof. Mônica passou a fala para que a plenária pudesse se colocar. A Prof. Enirtes Caetano, além de debater os aspectos trazidos pelos integrantes da mesa, também lançou as seguintes questões: Quais são os nossos aliados hoje e quais novos aliados precisam ser pensados? Quais são as nossas boas lutas, ou seja, os indicadores que, de fato, serão usados na avaliação? Como considerar as condições atuais na avaliação?

Na sequência, o Prof. Marcelo Castellanos comentou que o Fórum deve expressar o momento atual em um documento. A autoavaliação abre uma nova janela de oportunidades para se pensar a avaliação. Essa mudança no processo deve fazer sentido para todos, especialmente com o objetivo de mobilizar as instituições e os programas. Deve-se fortalecer a análise qualitativa, mas com alguma clareza de quais os pontos que queremos fortalecer com esse processo.

A Prof Rita comentou que o momento é de dizer o que nós fazemos para a sociedade, buscando ganhar poder e espaço político. Pensar como ter solidariedade entre as regiões/programas, trazer a formação como ponto central do programa e dar apoio às revistas nacionais e não as penalizar na classificação do Qualis. A Prof. Aylene Bousquat disse que a proposta é criar uma metodologia para avaliar as produções que já são indicadas pelo programa, do ponto de vista qualitativo.

Retomando a mesa, o Prof. Bernardo Horta comentou que as assimetrias não aparecerão na ficha, mas serão consideradas no processo de avaliação. Será feito um “manual” para orientar o preenchimento da ficha. Leny complementa que o documento de área deverá trazer o tom político do momento e orientar essa avaliação. A questão das aposentadorias deve ser considerada, reforçando a necessidade da renovação e que essa política não seja

ponto de penalização para o programa. Pensar em como estabelecer alianças com a sociedade, dando visibilidade ao que os programas fazem.

O Prof. Verhine ressaltou as principais diferenças da nova ficha com a anterior, destacando alguns aspectos: a pontuação do item “Proposta do Programa”, o acompanhamento de egressos, o menor peso da produção intelectual, o impacto social deve estar refletido em uma política do programa e não em listar atividades individuais de inserção social; também é preciso ter uma política de internacionalização.

Guilherme comentou sobre as iniquidades regionais, destacando que, para a Capes, não se pode dar tratamento diferencial na avaliação, considerando que se avalia a qualidade (essa é a visão dominante do CTC). Isso dificulta a criação de um indicador que contemple esse aspecto. Portanto, o tratamento disso deve ser interno da comissão de avaliação. Sobre o Qualis, as revistas nacionais já estavam sendo privilegiadas no processo de classificação e isso deve ser mantido, mesmo com o novo Qualis.

Claudia Leite mencionou que o acompanhamento dos cursos 3 e 4 é fundamental, incluindo apoio a esses programas, que deve ser feito pela própria área. Reforça a necessidade de mantermos as bolsas. Para algumas áreas, como políticas, planejamento e gestão, as produções nacionais devem ser consideradas. No seminário de meio termo a autoavaliação já deve ser considerada. Há necessidade de reforçar os cursos profissionais no interior da Capes, pois as falas ainda estão na direção de serem cursos de menor qualidade, mais fáceis de se inserir, etc.

Dada a necessidade de realização da plenária final, a Prof. Mônica devolveu a fala para a plenária sugerindo que a mesa não voltasse a realizar comentários, ao passo que foram realizados os registros dos encaminhamentos propostos. Foram eles: - Suely Deslandes: os programas precisam de um tempo para examinar as fichas e fazer sugestões. Pensar na perspectiva do que queremos avaliar e induzir. Os GTs devem continuar o trabalho e fazer a mediação com os programas. Compartilhar as experiências de acompanhamento de egressos, entre outras. – Nelson Barros: pensar na criação de critérios mais claros e estabelecidos a priori, colocando esses aspectos em debate. - Maria Amélia: o momento é desafiador para a representação de área, professores e coordenadores dos programas. Pensar como podemos fazer essa mudança da produção para outros aspectos da avaliação.

– Angela: talvez a ficha de avaliação não esteja permitindo a explicitação da importância dos programas, sobretudo Norte e Nordeste, para as regiões.

O Prof. Bernardo Horta, por fim, solicitou a fala reiterando a necessidade de permanência dos GT instituídos no Fórum de Fortaleza e se comprometeu a enviar as fichas, em nova versão, até a próxima segunda-feira. Foi sugerido que as fichas fossem enviadas aos coordenadores e que, no prazo de uma semana, fossem reunidas as sugestões dos programas pelos GT. Ainda que não seja possível que todos façam a avaliação e que, por óbvio, os materiais sejam plenamente sistematizados, é importante reforçar que no Seminário de Meio Termo ainda existirá espaço para o teste dos indicadores e a reavaliação deste processo.

Em seguida, a Prof Mônica Angelim convidou os coordenadores Sérgio Peixoto e Ricardo Mattos para compor a mesa final. Como encaminhamentos foram aprovados: 1) a permanência dos GTs para captar as contribuições dos programas e encaminhamento para a área; 2) a formação do GT de acompanhamento de egressos, para sintetizar experiências já produzidas em alguns programas; 3) A Construção do manual de preenchimento da ficha de avaliação, sendo que os professores Eduarda Cesse (Fiocruz) e Alberto González (UEL) já se disponibilizaram em participar dessa tarefa; 4) Foram lidas e aprovadas por aclamação a Carta do Rio de Janeiro e a Moção de Apoio às Universidades Estaduais da Bahia e aos seus Docentes em Greve, conclamando o Governador do Estado da Bahia à negociação; 5) Ficou acordado que o próximo Fórum será realizado em Recife, nos dias 12 e 13 de novembro de 2019.

Mônica Angelim, Sérgio Peixoto e Ricardo Mattos